

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Estado, intelectuais e política (1930-1940)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Maurício Gonçalves Margalho	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O presente trabalho analisa as estratégias usadas pelos intelectuais orgânicos das classes burguesas e suas frações, com a finalidade de ocupar espaços estratégicos no complexo superestrutural do Estado Ampliado. Entendemos que o conjunto de agências das sociedades civil e política formam a ossatura institucional, na qual os embates políticos são travados, tendo em vista a construção e/ou manutenção da hegemonia. O intelectual orgânico ocupa papel central nesse processo, atuando, nos aparelhos privados de hegemonia, como educador e organizador da ação coletiva da classe da qual é representante. Daremos ênfase a trajetórias sociais de Euvaldo Lodi e Valentim Bouças. Lodi estava vinculado ao capital industrial brasileiro e Bouças, por sua vez, tinha estreitos vínculos com o capital estadunidense – uma vez que era representante de grandes corporações como, por exemplo, a International Business Machines Co. of Delaware – IBM. Ambos tinham muito prestígio e devido ao capital social que acumularam tornaram-se bastante próximos de Getúlio Vargas, colaborando com o governo e, por conseguinte, obtendo as benesses do Estado. Valentim Fernandes Bouças tornou-se assessor financeiro pessoal do Presidente Vargas, sendo responsável, por exemplo, pela renegociação do pagamento dos títulos das Dívidas Públicas Externas da União, Estados e Municípios. Com a perda de seu mandato parlamentar, por causa do golpe de 10 de novembro de 1937 – que resultou na dissolução do Legislativo – Lodi concentrou sua ação no Conselho Federal do Comércio Exterior e, também, nas associações privadas da Indústria – como Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e Confederação Nacional da Indústria.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Empresários, Estado e Política.			
ABSTRACT			
<p>This paper examines the strategies used by the organic intellectuals of the bourgeois classes and their fractions, with the aim of occupying strategic spaces in the complex superstructure of the Expanded State. We believe that the set of agencies of civil and political societies form the institutional framework, in which political struggles take place with a view to building and / or maintaining hegemony. The organic intellectual plays a central role in this process, working in private apparatus of hegemony as an educator and organizer of the collective action of the class they represent. We will emphasize the social trajectories of Euvaldo Lodi and Valentine Bouças. Lodi was linked to the Brazilian industrial capital and Bouças had close ties with the U.S. capital - since he was representative of large corporations, for example, International Business Machines Co. of Delaware - IBM. Both of them had a lot of prestige and because of the social capital they have accumulated, they became quite close to Getúlio Vargas, collaborating with the government and therefore getting the blessings of the State. Valentim Fernandes Bouças became personal financial advisor of President Vargas, conducting, for example, the renegotiation of the payment of the bonds of External Public Debt of the Union, States and Municipalities. With the loss of his parliamentary seat, caused by the coup of November 10, 1937 - which resulted in the dissolution of the legislature - Lodi concentrated his action in the Federal Board of Foreign Trade and also in private associations of the industry - such as the Federation of Industries of Rio de Janeiro and the National Confederation of Industry.</p>			
KEYWORDS			
Entrepreneurs, State and Politics.			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o Marxismo e o Estado			

Estado, Intelectuais e Política

1. Intelectual e Política: a função de Valentim Bouças na diplomacia financeira (1930-1945)

As dívidas públicas externas (DPEX) e o problema decorrente delas era bastante delicado. Leôncio Basbaum ressaltou que o montante das dívidas chegou a alcançar, em 1931, vinte milhões de contos. Somente de juros e amortizações, o Brasil tinha que pagar, em 1931, “cerca de 24 milhões de esterlinos.” Ao perceber que as divisas em ouro provenientes das exportações “não chegaria[m] a 10 milhões, viu-se o governo revolucionário obrigado a recorrer a um novo ‘funding loan’, ou seja, a fusão de todos os empréstimos, ingleses, americanos e franceses, de 1883 até a data de [1931], a juros de 5%” (BASBAUM, 1985, p. 23).

Cumprido elucidar que Getúlio Vargas foi ministro da Fazenda¹ do Presidente Washington Luís. Tendo, portanto, conhecimento sobre os problemas financeiros enfrentados pelo governo de seu predecessor. Segundo Günther Richter Mros, em carta escrita do exílio em 1932, Washington Luís afirmou, sobre o problema das dívidas públicas externas, que o plano econômico de seu governo era bem conhecido por Getúlio Vargas, ministro da Fazenda dele (MROS, 2011, p. 57). O conhecimento dos problemas econômicos enfrentados deixou evidente que era preciso redefinir a política financeira e, com ela, os termos de pagamento aos credores no exterior. No que se relaciona às finanças do Governo Provisório, uma leitura do relatório de Oswaldo Aranha – então ministro da Fazenda – apresenta informações relevantes a respeito do montante das dívidas da União, Estados e Municípios. Conforme o Quadro a seguir:

QUADRO

Dívidas Públicas Externas, exposição referente ao triênio de 1930-1933

Histórico	£	Dólar	Franco	Florim
União	100.569.751	143.336.998	135.778.500 papel 193.556.110 ouro	----- -----
Estados	36.946.161	155.775.712	229.937.205 papel	8.900.000
Municípios	12.566.875	67.672.863	50.876.400 papel	-----
Total	150.082.787	366.785.573	416.592.105 papel 193.556.110 ouro	8.900.000

(*Ministério da Fazenda. Relatório apresentado a S. Excia. o Sr. Chefe do Governo Provisório Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Ministro dos Negócios da Fazenda Oswaldo Aranha. Exposição relativa ao período de 03 de Novembro de 1930 à 15 de Novembro de 1933. RJ, Typ. Do Jornal do Comércio, Rodrigues & C., 1933. p. 05. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.*)

¹ Exercício de 15/11/1926 a 17/12/1928.

O quadro apresenta inversões do capital estrangeiro nos serviços das DPEX durante o triênio de 1930/1933. Vemos que existiam compromissos em capital libra, dólar, franco e florim, alguns dos quais pagáveis em câmbio via papel moeda e outros em ouro. À luz da interpretação dessas cifras, que diferentes grupos financeiros investiam em títulos da dívida brasileira, fica evidente que o Brasil era território das disputas interimperialistas entre frações do capital. Neste contexto foi que a política externa do Governo Provisório teve que negociar com as grandes potências capitalistas.

Convém esclarecer que havia, na conjuntura socioeconômica internacional, uma luta pela hegemonia travada entre diversos grupos financeiros com o propósito de assegurar seu poder de influência. Lênin foi quem percebeu as especificidades dessa luta hegemônica entre os 'barões' das finanças internacionais pelo controle monopolístico que atendessem aos interesses do seu capital. Ao analisar a história do Estado capitalista no Brasil, é imprescindível considerar a luta do capital pela expansão-manutenção de sua zona de influência em mercados estrangeiros. Segundo Lênin,

os bancos, em todo o caso, em todos os países capitalistas, qualquer que seja a diferença entre as legislações bancárias, intensificam e tornam muitas vezes mais rápido o processo de concentração do capital e da continuação dos monopólios (LÊNIN, 1975, p. 50).

A situação da dívida externa brasileira suscitava muita preocupação por parte do governo, uma vez que para garantir a compra de produtos primários – cujo café era o principal artigo da pauta de exportações –, fazia-se necessário cumprir as obrigações junto aos credores. Coube a Valentim Fernandes Bouças, representante de firmas estrangeiras comerciais e financeiras, coordenar as negociações entre o governo Vargas e o capital estrangeiro.

O presidente Vargas designou, em 1931, Valentim Bouças para coordenador das DPEX do Brasil, com a função de fazer a mediação entre o governo brasileiro e os grupos financeiros internacionais. Além disso, Bouças tornou-se assessor financeiro pessoal do presidente Getúlio Vargas e participou ativamente dos órgãos técnicos que foram criados durante o Primeiro Governo Vargas – a exemplo do Conselho Técnico de Economia e Finanças e do Conselho Federal do Comércio Exterior. Logo no início do Governo Provisório, Bouças assumiu o cargo de Secretário Geral e Representante Técnico dos Ministérios da Fazenda e da Justiça junto à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios.

Devido ao seu conhecimento em economia e também aos seus contatos com empresas estadunidenses, a exemplo da IBM, ao que tudo indica Bouças acumulou um capital político que permitiu que ele se apresentasse como bastante credenciado em assuntos financeiros. Pesou ainda o fato de ter acumulado, no campo das relações sociais, conhecimento dos trâmites e circuitos financeiros internacionais, assegurando-lhe confiança para ser interlocutor do governo com credores externos. Isto o habilitou como colaborador na política de reorganização econômico-financeira do Governo Provisório. O governo precisava negociar com banqueiros estrangeiros as dívidas externas de Estados, Municípios e Governo Federal em empréstimos contraídos ainda durante a I República.

No ano de 1933, Valentim Fernandes Bouças, na qualidade de negociador do Governo Provisório junto aos banqueiros, participou de várias conferências a respeito dos empréstimos adquiridos.

Vale acrescentar que a ascensão de Vargas à presidência de República coincidiu, nos anos 1930, com a eclosão da violenta depressão econômica do entreguerras – suscitando colapso nas economias capitalistas. Segundo Marcelo de Paiva Abreu, “a gravidade da crise econômica, de fato, foi uma causa importante para a substituição relativamente indolor de Washington Luís pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas em outubro /novembro de 1930” (PAIVA ABREU, In FAUSTO, 2007, T. 3, Vol. 11, p. 25). As evidências disponíveis sugerem não ser improvável que com a deposição do Presidente Washington Luís pelos ‘revolucionários’, os credores do Brasil no exterior ficaram bastante apreensivos com relação ao novo bloco no poder, uma vez que, ainda segundo Paiva Abreu, a gravidade dos problemas econômicos se manteve durante o Governo Provisório, não conseguindo o governo estancar “a erosão das reservas cambiais brasileiras” (PAIVA ABREU, In FAUSTO, 2007, T. 3, Vol. 11, p. 25).

Em consequência da crise cambial, o Governo Provisório decretou em 1931 “a suspensão parcial do pagamento de serviço de dívida externa, pois o serviço integral absorvia uma proporção intolerável das receitas de exportação (...)” (PAIVA ABREU, In FAUSTO, 2007, T. 3, Vol. 11, p. 25). Os representantes do governo brasileiro estariam dispostos a honrar os compromissos financeiros herdados de gestões passadas? Caso existisse intenção do Governo Provisório Varguista de fazê-lo, estaria em condições financeiras para isso? Para esclarecer aos credores a situação do governo Vargas e sua proposta político-financeira, Valentim Bouças viajou a Nova Iorque e Londres.

As primeiras negociações entre representantes do governo brasileiro e do capital financeiro estadunidense e inglês faziam parte de uma grande política das classes dominantes, com a finalidade de assegurar a manutenção das estruturas econômicas – o que dependia de um consenso com os representantes do capital estrangeiro. Em 25 de janeiro de 1931 Valentim Bouças publicou no *Jornal do Comércio* um artigo sobre a dívida externa brasileira. A repercussão política que resultou do artigo aproximou-o do ministro da Justiça Oswaldo Aranha e do presidente Getúlio Vargas. Um homem que, além de estudioso do assunto, fosse bem relacionado nos circuitos financeiros dos internacionais teria melhores condições de mediar a relação entre o Governo brasileiro e financistas credores de Estados, Municípios do Brasil e Governo Federal. No artigo, Bouças afirmou acompanhar com interesse, desde algum tempo, “tudo quanto se tem feito no ‘terreno’ financeiro e econômico do país.” Informou a seguir que, infelizmente, nunca teve “ocasião

de analisar um mapa completo que (...) desse uma orientação segura da situação das dívidas externas. (...)”²

A documentação analisada permite-nos perceber que o Governo Provisório enfrentou uma forte pressão proveniente dos credores internacionais e que isso repercutiu na gestão Whitaker na pasta da Fazenda, resultando em uma política econômica a qual procurou contemplar os interesses dos banqueiros europeus. Em relatório apresentado ao chefe do Governo Provisório, José Maria Whitaker ressaltou que, em face de premente situação e diante da “necessidade de salvar o crédito do país e o do Banco do Brasil”, foram enviadas à

Europa, como cobertura de necessidades imediatas e inadiáveis, o restante do ouro que ainda havia no País, isto é £ 7. 541.238,5,8, das quais £ 4. 376. 980, 5,6 do Banco do Brasil e £ 3.164.258,0,2 da Caixa de Estabilização (WHITAKER, 1933, p. 26).

A Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros de Estados e Municípios

Criada pelo decreto nº 20.631, de 09 de novembro de 1931 a Comissão estava subordinada ao titular da pasta da Fazenda, responsável por sua direção. Era formada por quatorze componentes, a saber: Oswaldo Aranha – Ministro da Fazenda; Antônio Carlos Ribeiro de Andrada – Presidente da CEFEM; J. G. Pereira Lima; Agenor de Roure; José Carlos de Macedo Soares; Juarez Távora; Oscar Weinschenck; Eugênio Gudim; Joaquim Catramby; Alceu de Azevedo; Waldemar Falcão; Mário de Andrade Ramos; Luiz Betim Paes Leme e Valentim Fernandes Bouças – Secretário Geral e Representante Técnico dos Ministérios de Justiça e da Fazenda.

O decreto nº 20. 631 de 09 de novembro de 1931 era um instrumento legal que tinha o propósito de criar, no campo econômico e financeiro, uma unidade de diretrizes entre o Governo Provisório, estados e prefeituras, o que aconteceria com a intervenção administrativa da União nos aspectos econômicos e financeiros do país. O Artigo 1º do decreto era claro quanto às atribuições da CEFEM,

Proceder ao estudo minucioso da situação econômico-financeira de cada Estado e seus Municípios, facultando ao Governo Provisório, com os subsídios que lhe oferecer, a decretação de medidas necessárias à reorganização econômica e administrativa do país (BOUÇAS, 1934, p. 12).

Uma análise do conteúdo do decreto evidencia que ele inaugurava, no campo das finanças públicas, o princípio de uma diretriz política de caráter intervencionista em estados e municípios do país. No entanto, isso demandava a composição de técnicos capazes de organizar informações e traçar planos de ação nas malhas das agências da sociedade política. Eles traçariam as medidas políticas que poderiam ser adotadas pelo governo no campo das finanças públicas. É um equívoco pensar que o caráter técnico excluía as questões políticas relativas às funções desempenhadas pelos intelectuais na condição de colaboradores dos órgãos técnicos e consultivos do Estado restrito. Tanto Valentim Bouças quanto Euvaldo Lodi participaram de forma ativa nas associações civis de

² Jornal do Comércio. Rio de Janeiro – Domingo, 25 de Janeiro de 1931. Ano 104. N. 22. p. 05. Referência completa arrolada na bibliografia.

classe e das instituições do Estado-governo. A interconexão entre as agências do Estado formava núcleos “orgânicos de gestão política do capitalismo” (FIORI, 2001, p. 124).

Conforme declarações do ministro José Maria Whitaker, os estudos elaborados pela Comissão respaldaram o Governo Provisório, auxiliando-o a “firmar as sólidas diretrizes do plano de reajustamento econômico financeiro do Brasil” (BOUÇAS, 1934, p. 07). Tratava-se de um espaço de pesquisa, estudo e análise de dados relativos à situação financeira do Brasil, criando condições para o novo governo de traçar planos que assegurassem conter a evasão de divisas e chegar a um novo entendimento com os credores internacionais. Oswaldo Aranha, ministro da Fazenda, em relatório apresentado ao Presidente Vargas para a gestão de 1930 a 1933, ressaltou o papel importante exercido pela CEFEM, presidida por Antônio Carlos Ribeiro da Andrada e Secretariada por Valentim Bouças (ARANHA, 1933, p. 59).

A formação da comissão inaugurou um projeto de frações dominantes no Estado capitalista cuja finalidade era redefinir as diretrizes da política financeira nacional. Tratar-se-ia de uma reorganização do bloco no poder que permitiria as agências da sociedade política, sob controle da União, exercerem um maior grau de intervenção na economia brasileira. A formulação de uma grande política que compreendia a conservação das boas relações com os credores e grandes financistas proprietários dos títulos das DPEX. Se, por um lado, não era possível prescindir do capital estrangeiro, por outro, fazia-se necessária a regulamentação, via um Estado cesarista, da ação econômica e financeira dos Estados da federação e de seus municípios. Com isso, reorientariam as políticas financeiras por meio da coordenação da CEFEM, buscando caminho para um entendimento com os credores.

A Conferência Monetária e Econômica de Londres: diplomacia e política na City

Realizada em de junho 1933, essa conferência permitiu-nos analisar as estratégias políticas utilizadas pelos emissários do Governo Provisório no processo de negociação com o capital financeiro inglês. A delegação brasileira que participou das negociações era composta por Joaquim Francisco de Assis Brasil – embaixador, Raul Regis de Oliveira – embaixador, Joaquim Eulálio de Nascimento Silva, Numa de Oliveira, Oscar Weinschenck, Heitor Freire de Carvalho, José Nabuco de Araujo, Valentim F. Bouças, J. A. Barboza Carneiro, Acyr Paes – Secretário da Delegação – e Péricles Silveira – Secretário Geral do Embaixador Assis Brasil.

Em discurso pronunciado na Conferência Monetária e Econômica de Londres, em sessão de 23 de junho de 1933, Valentim Bouças procurou justificar em sua diplomacia financeira as medidas tomadas pelo Governo Provisório, sobremaneira no que se relacionava à regulamentação do comércio cambial. Segundo argumentou Bouças, não obstante o Brasil fosse “fornecedor de matérias-primas no intercâmbio Mundial, possuindo abundantes riquezas em estado latente” manteria sua posição de nação devedora, visto que estava cerceado “pela escassez do capital [o que

impedia de] desenvolver o seu aparelho econômico e a plena expansão de suas forças vivas” (BOUÇAS, 1933a, p. 09).

Prosseguindo em seu discurso, Bouças afirmou que a falta de capital estrangeiro nas contas internas, agravado pela redução do valor dos preços dos produtos brasileiros, resultava em desequilíbrio “nas contas internacionais”. Disso decorriam o acúmulo das remessas de capital atrasadas, a demora nos pagamentos externos, as flutuações cambiais que arruinavam o comércio e a depreciação da moeda (BOUÇAS, 1933a, p. 09). Para resolver o problema com os credores, o governo propunha as seguintes medidas:

- (a) Realização de Convenções entre devedores e credores com a finalidade de reduzir os “encargos dos balanços de contas dos países nas condições do Brasil”;
- (b) Realização de um acordo referente aos créditos internacionais que pudesse assegurar às “nações devedoras o equilíbrio” do balanço de contas assim como a “consequente estabilidade cambial”, ao menos enquanto não houvesse o satisfatório restabelecimento da situação mundial (BOUÇAS, 1933a, p. 09).

Durante discurso, na conferência de Londres, Bouças reafirmou a necessidade do Estado brasileiro regulamentar o mercado de câmbio, ressaltando que medidas como (i) manter equilíbrio entre receita e despesa; (ii) saneamento do crédito interno e contenção de ameaça de inflação; e (iii) organização de um Banco Central conforme aconselhava as conferências internacionais. Não é demais elucidar que tais propostas, as quais Bouças se referia, constavam no relatório que Otto Niemeyer apresentou a Getúlio Vargas e a seu ministro da Fazenda em julho de 1931 (BOUÇAS, 1933a, p. 09).³

A apresentação dessas propostas deve ser compreendida como fazendo parte de uma diretriz político-financeira que buscava conciliação com o capital estrangeiro em um difícil momento de depressão econômica capitalista no qual, devido à retração mundial, muitos credores mostravam-se intransigentes frente aos governos que propusessem o adiamento do pagamento da remessa de lucro do capital investido em títulos públicos. O Estado capitalista Brasileiro tornar-se-ia o gestor de medidas políticas as quais buscavam elevar o raio de ação da sociedade política nas questões financeiras por meio de uma crescente intervenção, tanto no plano interno quanto no externo – o que implicava formular um plano de negociação comercial e financeira com as potências Imperialistas. No dia 07 de junho de 1933, Getúlio Vargas recebeu o banqueiro Numa de Oliveira e tratou do acordo, que havia sido assinado na referida data, com a finalidade de solucionar o

³ Em seu diário, Vargas registrou os dias, entre 18 a 24 de julho de 1931, como o período em que o relatório Niemeyer lhe foi entregue pelo ministro da Fazenda – José Maria Whitaker. Após o qual Getúlio Vargas iniciou a leitura do documento (VARGAS, 1995, Vol. I, p. 68).

problema dos atrasados comerciais americanos e do acordo que seria discutido em Londres, durante a Conferência Monetária e Econômica Mundial (VARGAS, 1995, pp. 216-217. Vol. I).

A política externa, articulada por Bouças, dependia do entendimento com estadistas da Inglaterra e dos EUA – conforme deixa evidente o diálogo com Arthur Neville Chamberlain, ministro das Finanças do Reino Unido, exercício de 1931 a 1937. As evidências disponíveis, nas fontes analisadas, sugerem que a interconexão socioeconômica entre Valentim Bouças e a *International Business Machines Co.* of Delaware – da qual era representante comercial – dava-lhe respeitabilidade nos meios financeiros internacionais. Em ofício enviado ao embaixador brasileiro em Londres, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Bouças mencionou a “valiosa e desinteressada colaboração [prestada] por Mr. Thomas J. Watson, Presidente da *International Business Machines Corporation* e Diretor do Federal Reserve Bank” (BOUÇAS, 1933a, pp. 19 e 27).

A retração do mercado mundial – o qual ocupava posição-chave para a economia brasileira predominantemente primário-exportadora – e do fluxo de capital estrangeiro para o Brasil puseram os representantes do Governo Provisório em uma preocupante situação. Na condição de responsável por uma diplomacia financeira junto aos credores internacionais, Valentim Bouças tentava, junto com os demais componentes da delegação, formular um consenso junto ao capital financeiro internacional.

Bouças ressaltou, durante discurso na Conferência Monetária e Econômica de Londres, datado de 23 de junho de 1933, que, imediatamente, após as conversas de Washington, o governo brasileiro iniciou as convenções com os credores sem, contudo, “dar privilégios em detrimento de credores de outros países, uma vez que a política nossa tem sido e será sempre de uma cooperação leal com todos os países, única forma que poderá permitir o intercâmbio comercial (...)” (BOUÇAS, 1933a, p. 09). Na condição de conferencista e, em boa medida, diplomata das finanças brasileiras, ele advogava que fossem realizados acordos de intercâmbio comercial os quais tornassem exequível ao “Brasil, com seu poder aquisitivo melhorado, [voltar a desenvolver seu] intercâmbio comercial” (BOUÇAS, 1933a, p. 09).

Com efeito, o diplomata financeiro ressaltava que as questões pendentes, referentes às dívidas públicas externas brasileiras, estavam interligadas aos acordos comerciais entre o Brasil e as grandes potências capitalistas. Segundo Nicos Poulantzas, devemos buscar “o fundamento da ossatura material do Estado nas relações de produção e na divisão social do trabalho.” Há que se considerar, ainda de acordo com Poulantzas, a existência de classes sociais, poderes e lutas presentes na estrutura econômica (POULANTZAS, 2000, p. 13). Estamos certos em afirmar que as finanças e o comércio externo são variáveis relevantes para a socioanálise do Estado capitalista. No que se relaciona à diplomacia financeira do Governo Provisório, citamos as elucidativas palavras de Valentim Bouças na Conferência Monetária de Londres,

Os chamados Estados Capitalistas retraíram mais seus créditos concedidos no estrangeiro, como se fossem lavradores que não desejam lançar a semente na terra, com receio de perder o trabalho da sementeira, sem se lembrarem que quando chegasse a época da colheita, nada haveria a colher, e que o inverno teria que chegar, a seu tempo, mais frio e tenebroso que nunca. (...) Enquanto em 1929 o comércio combinado de importação e exportação no mundo atingia a cifra de 68 mil milhões (sic) de dólares, em 1932 a cifra não passava além 26 mil milhões (sic). Os empréstimos estrangeiros nas praças de Londres e New York sofreram não menor abalo, pois enquanto em 1928 New York emprestava 1, 250 milhões de dólares, Londres nesse mesma época emprestava cerca de 150 milhões de esterlinos, e se nos detivéssemos diante desse mesmo quadro em 1932, veríamos que essas cifras baixaram respectivamente para 26 milhões de dólares e 29 milhões de libras (BOUÇAS, 1933a, pp. 09-10).

O argumento era de que o aviltamento dos preços no comércio internacional e a retração da importação de capitais afetavam sensivelmente os países devedores. Recomendava o representante do Governo Provisório que os países credores colaborassem com os devedores, o que poderia ser feito por meio da exportação de máquinas, capitais, etc – tal como a Empresa Ford estava fazendo no Amazonas (BOUÇAS, 1933a, p.10). Considerando as circunstâncias expostas, Bouças declarou que o Governo Brasileiro estava de acordo com:

- (a) “Maior liberdade no movimento de mercadorias, no da prestação de serviços e notadamente no das correntes migratórias”;
- (b) “Liberdade no mercado de cambiais sobre o estrangeiro” observando-se, porém, as condições expostas pelo Governo Brasileiro;
- (c) “Liberdade na movimentação de capitais” (BOUÇAS, 1933a, p. 10).

A fim de elucidar melhor a relação com o capital inglês, examinamos o diário de Getúlio Vargas relativo ao primeiro quinquênio dos anos 1930. Em registro datado de 12 de janeiro de 1931, o Chefe do Governo Provisório indicou que Numa de Oliveira, banqueiro e secretário da Fazenda do estado de São Paulo, tinha partido em missão à Europa. Tratava-se de uma missão pouco divulgada, posto que existia um certo ceticismo de Vargas e de sua equipe econômica quanto às probabilidades de êxito da referida missão. A finalidade política presente na diplomacia financeira de Numa de Oliveira era buscar consenso com os banqueiros ingleses a respeito da concessão de financiamentos bancários destinados à compra dos estoques de café⁴. Outros pontos da reunião eram a indicação de sir Otto Ernest Niemeyer para vir ao Brasil, na condição de técnico do Banco da Inglaterra, e as questões relativas às companhias ferroviárias inglesas que atuavam no Estado de São Paulo. A visita era uma imposição do grupo financeiro *N. M. Rothschild & Sons* (VARGAS, 1995, Vol. I, p. 42).

Assim sendo, todos os fatores até aqui analisados sobre a trajetória econômica e social de Valentim Bouças o veiculam a setores expressivos do capital estadunidense e, ainda, a figuras proeminentes da burguesia financeira no Brasil. Bouças era sogro de “Oiama Pereira Teixeira, de

⁴ O café era um artigo tão imprescindível à economia brasileira que foi usado, durante o governo Vargas nos anos 1930, como moeda de pagamento na aquisição de onze hidroaviões Savoia Marchetti S-55, comprados da Itália e “incorporados à Aviação Naval” do Brasil (VARGAS, 1995, p. 43 / nota 4; p. 48. Vol. I.).

Barbacena, filho do banqueiro e industrial José Pereira Teixeira” (NASSIF, 2007, s.p.). A escolha de Bouças para liderar as negociações junto aos credores, representando o Ministério da Fazenda do Governo Vargas, deve-se ao fato de ter sido ele um empresário que tinha excelentes relações com os EUA. É importante notar que, em muitas oportunidades, Bouças representou corporações estadunidenses. Ele era representante do grupo Holleryth, recebendo lucrativos royalties do serviço público no Brasil pelo aluguel de máquinas da IBM. Bouças também estava vinculado a *Panair do Brasil*, empresas de loteamento e editoras (NASSIF, 2007, s.p.).

Valentim Fernandes Bouças frequentava os EUA desde 1915 na condição de representante comercial de empresas estadunidenses. Disso resultou, a acumulação de capital social no plano das relações socioeconômicas. É preciso não perder de vista a função estratégica da sociedade civil como *locus* organizador das classes sociais. Mapeando a trajetória social dos delegados do Brasil na Conferência Monetária e Econômica de Londres, descobrimos que Valentim Fernandes Bouças, Oscar Weinschenck e Mário da Andrade Ramos eram filiados à *Associação Comercial do Rio de Janeiro*, na qual ocuparam cargos.⁵

Pode-se afirmar que a análise da luta pela hegemonia no Estado capitalista passa, obrigatoriamente, pelas conexões estruturais e dinâmicas existentes entre agências da sociedade civil e política. Florestan Fernandes, analisando a realidade socioeconômica brasileira no que se relaciona à ação política da burguesia brasileira, concluiu que “as classes e os estratos de classe burgueses irradiam-se por todos os níveis de organização da sociedade civil e do Estado nacional” (FERNANDES, 2006, p. 393).

Segundo Bouças, os primeiros resultados positivos da política de negociação com os credores, adotada pelo Governo Vargas, apareceram em 1934, viabilizando “a promulgação do Decreto-lei n. 23.829 de 05 de fevereiro daquele ano, conhecido como ‘Esquema Oswaldo Aranha’ ” (BOUÇAS, 1953, p. 27). Por meio desse decreto, o Governo Federal planejou a centralização, por um quadriênio, do pagamento das obrigações das dívidas públicas externas da União, Estados e Municípios – i.e., o decreto

[Determinava] que o pagamento dos juros e de amortização dos títulos dos empréstimos externos realizados pelo Governo Federal e pelos Governos dos Estados e Municípios [fosse], a partir de abril de 1934 e a terminar em 1938, feito de acordo com o plano organizado pelo Governo Federal (apud BOUÇAS, 1938, p. 146).

⁵A *Companhia Serviços Hollerith S/A*, empresa da qual Valentim Fernandes Bouças era proprietário e diretor-presidente, fazia parte do quadro dos associados coletivos do Instituto De Organização Racional do Trabalho – IDORT, associação privada fundada em 1931. O IDORT propunha-se racionalizar a sociedade, nos campos da produção, da política e educação, interferindo “no projeto de organização da sociedade em tudo quanto fosse possível” (SOUZA, 2006, pp. 20-21). Em 27 de dezembro de 1935, Valentim Bouças registrou essa mesma firma na Associação Comercial do Rio de Janeiro, da qual ele foi diretor ainda muito jovem e vice-Presidente em 1943-1944. A participação dele nessas agências da sociedade civil permite, portanto, analisá-lo a partir do conceito de intelectual orgânico.

O plano elaborado pelo ministro Oswaldo Aranha culminaria na chamada Missão Aranha (1939), a qual representou, na política externa, a aproximação entre Brasil e EUA. É pertinente ressaltar que tal política, pelo lado do governo Franklin D. Roosevelt, tinha como finalidade específica minar a aproximação do governo brasileiro com a Alemanha Nazista, o que acontecia por meio das relações comerciais teuto-brasileiras. Além disso, a gestão Roosevelt buscava fortalecer sua influência política no Brasil. O plano Aranha inseria-se na conjuntura marcada pela disputa geopolítica entre governos das grandes potências, que sabiam da iminência de uma guerra.

Essa política de aproximação com os Estados Unidos, da qual Oswaldo Aranha e Valentim Bouças eram grandes defensores e entusiastas, enfrentou oposição, em grande medida, dos industriais liderados por Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen. Esses industriais organizaram a proteção à indústria nacional, mobilizando, por meio das agências de sociedade civil, a classe industrial e suas frações. Segundo Marcelo de Paiva Abreu, “quando da reforma tarifária de 1934 e do tratado de comércio com os Estados Unidos em 1935, os industriais, liderados por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, trataram, com sucesso, de evitar danos graves à produção industrial doméstica” (PAIVA ABREU In PAIVA ABREU, 1990, p. 86). O empresário Valentim Bouças, por sua vez, representava

os defensores da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, favoráveis, portanto, a quaisquer medidas tendentes à liberalização. A ênfase da argumentação dos defensores do acordo centrava-se, como no começo do século, no caráter parasitário da indústria brasileira, defendida por uma proteção tarifária despropositada, enfatizando, em suma, o seu artificialismo (PAIVA ABREU In PAIVA ABREU, 1990, p. 87).

Essa divergência entre lideranças orgânicas de distintos grupos capitalistas, com distintos projetos contra-hegemônicos, resultou em conflito de interesses entre as diferentes frações do capital por eles representados. É importante ressaltar a conjuntura transformadora que se abria a partir de 1930. Segundo Maria Antonieta Leopoldi, na década de 1930, os industriais acompanharam o surgimento da era keynesiana e, por conseguinte, “a transição do liberalismo econômico (na época chamado de livre-cambismo) para o protecionismo no comércio internacional” (LEOPOLDI, 2000, p. 111).

Ao implementarem políticas protecionistas, os governos dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha reforçaram a necessidade dessa diretriz político-econômica na conjuntura internacional. Essa mudança afetou também o Brasil, resultando em conflito de interesses entre as classes representadas por Valentim Bouças e Euvaldo Lodi ainda em 1932. Bouças, então secretário da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, expôs um trabalho propondo “a extinção definitiva dos impostos alfandegários, a ser executados progressivamente ao longo de um período de cinco anos.” Houve reação imediata da parte dos industriais, liderados por Euvaldo Lodi e Vicente Galliez, membros da *Federação Industrial do Rio de Janeiro* (FIRJ), que criticaram Bouças e afirmaram a necessidade de proteção também para o setor industrial

(LEOPOLDI, 2000, pp. 111-112). Cumpre ressaltar que, ainda segundo Leopoldi, aparelhos privados da burguesia industrial, como FIESP-CIESP, incomodados com a campanha de Bouças na imprensa contra os interesses dos industriais, em circular de 21 e 24 de fevereiro de 1945, advertiam

aos seus associados para o fato de que Valentim Bouças (...) ‘era diretor de várias e poderosas firmas norte-americanas ramificadas em nosso país’, [tendo] assento em organismos do governo como a Comissão de Planejamento Econômico, Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda e Comissão do Acordo de Washington (LEOPOLDI, 2000, p. 130 / Nota 16).

Karl Marx, em *Grundrisse*, salientou “que toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, forma de governo, etc” (MARX, 2011, p. 43). Ao compreendermos a coexistência e interconexão entre relações de produção, circulação e consumo na economia capitalista, fica evidente que não é prudente desconsiderar as relações sociais do capital tanto no plano nacional quanto internacional – articulado com as superestruturas do Estado. Tanto as negociações do pagamento das DPEX quanto as restrições impostas pela burguesia industrial brasileira às inversões de capital estrangeiro no Brasil devem ser analisadas no contexto da luta entre grupos econômicos para dar força de lei aos seus projetos hegemônicos. À medida em que, na economia capitalista, o Estado é a síntese da sociedade burguesa, somente no seu interior é que se torna cabível a análise da luta entre diferentes frações do capital pela validação de seus projetos nas agências da sociedade política.

2. Euvaldo Lodi: intelectual e política

Em 19 de junho de 1920, Euvaldo Lodi⁶ formou-se pela Escola de Minas de Ouro Preto, em *engenharia civil e de minas*. (MOURÃO, 1992, pp. 36, 38). Lodi começou a vida profissional na *Companhia de Mineração e Siderurgia do Gandarela*, uma das empresas do conglomerado econômico de Henrique Lage⁷, localizada em Rio Acima, Minas Gerais. Ele era responsável pelo desenvolvimento de atividades na área de minas e engenharia civil. Quando Lage decidiu investir na construção de “uma linha férrea ligando o Gandarela à Central do Brasil”, com a finalidade de escoar o minério extraído, atribuiu a “uma equipe de engenheiros” a responsabilidade pela elaboração de “todos os possíveis traçados que” tornassem o projeto exequível. Lage atribuiu o comando da equipe e a coordenação dos trabalhos a Euvaldo Lodi. Ele chefiou a obra que, após concluída, “tornou-se a principal via de circulação dos minérios, resolvendo o grave problema do transporte” (MOURÃO, 1992, p. 42).

Desde novembro de 1921 que Lodi, desempenhava as funções de técnico e diretor-presidente da *Cia de Minas e Siderurgia do Gandarela* e, ainda, trabalhava como consultor da empresa *Lage &*

⁶ Casou-se com Alvarina de Castro Oliveira, que conheceu em Ouro Preto. A jovem era vizinha do Euvaldo Lodi (MOURÃO, 1992, p. 38).

⁷ Já naquela época Lage era proprietário da *Companhia de Navegação Costeira*, a maior empresa de navegação do período. Montou estaleiros na Ilha do Viana e, por seus feitos, o governo brasileiro o agraciou com a ‘Ordem do Mérito Naval’. As empresas do conglomerado econômico Lage “espalharam-se por todos os Estados.” Foram fundadas “indústrias de cerâmica e óleos, desenvolvendo interesses nos ramos da construção civil e da hidráulica.” Henrique Lage “possuía, ainda, minas de carvão em Santa Catarina” (MOURÃO, 1992, p. 40).

Irmãos. O potencial de Euvaldo Lodi foi reconhecido e aproveitado pelo grupo econômico Lage. Henrique Lage transferiu-o para trabalhar em outra firma do grupo, cuja sede ficava no Rio de Janeiro. Com isso ele mudou-se para lá com propósito de atuar na *Companhia de Navegação Costeira* (MOURÃO, 1992, p. 42).

A partir da década de 1920, surgiu a segunda geração de intelectuais orgânicos da burguesia industrial. Destacamos, entre seus principais expoentes, os nomes de Octávio Pupo Nogueira, Roberto C. Simonsen, João Daudt d'Oliveira, Wolff Klabin, Horácio Lafer, Carmelo D'Agostini, Euvaldo Lodi, Guilherme Guinle, Ermírio de Moraes, por exemplo. Esses intelectuais da classe industrial surgiram “sob a égide de organismos centralizados do Distrito Federal, a partir da Primeira Guerra Mundial” (CARONE, 1977, p. 06), assistindo e colaborando para a expansão de várias agências de sociedade civil que assumiram função estratégica na organização da ação da burguesia industrial, funcionando como partidos políticos no conceito gramsciano.

Lodi fundou uma empresa em sociedade com dois amigos, o ouro-pretano José da Silva Brandão – assim como Lodi também era formado em *engenharia civil e de minas* pela Escola de Minas de Ouro Preto – e o português Abílio Figueiredo, estabelecido em Belo Horizonte onde fundou o estabelecimento *Abílio & Cia Ltda* em 1919, especializado no comércio de ferragens. Muito embora não fosse do ramo da siderurgia, Figueiredo, movido por interesse empresarial, uniu-se aos engenheiros para investir em outra firma. Assim surgiu a *J. S. Brandão e Cia* no dia 30 de abril de 1925, com a finalidade de investir na construção de uma usina siderúrgica na cidade mineira de Caeté (MOURÃO, 1992, p. 57).

A *Usina Gorceix*⁸ foi inaugurada em 1927. A siderúrgica contava com dois alto-fornos⁹ capazes de produzir 25 toneladas diárias. Dispunha também de uma “instalação térmica com uma caldeira Bobcock and Wilcox”, aquecedores de ar do tipo Glendon. O capital desta indústria era “constituído com cada sócio entrando com cem contos de réis, e Luiz Adelmo Lodi, irmão mais velho de Euvaldo e médico de profissão, com a quantia de vinte contos de réis” (MOURÃO, 1992, p. 59). O objetivo desse investimento era fabricar ferro-gusa para o mercado brasileiro.

Segundo Wilson Suzigan, foi no período das décadas de 1920/1930 que “a fundição de ferro e a fabricação de aço” começaram a alcançar nível industrial. No entanto, o desenvolvimento alcançado no curso dessas décadas foi bastante limitado. Isso fica evidente quando percebemos que

⁸ Nome dado em homenagem ao geólogo francês Claude Henri Gorceix, por seus feitos em favor do campo siderúrgico no Brasil (MOURÃO, 1992, p. 57).

⁹ Na siderurgia chama-se alto-forno a construção de tamanho variável, externamente revestido por metal e internamente com material refratário, onde é fundido o minério de ferro, a fim de transformá-lo em ferro-gusa.

no final da década de 1930, “a produção interna só conseguia satisfazer pequena parcela da demanda crescente de ferro e aço¹⁰” (SUZIGAN, 2000, pp. 271-272).

Suzigan também ressaltou a contribuição das pesquisas realizadas pelos geólogos e engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto como fator relevante “no desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira [que] teve início no fim da década de 1900.” As pesquisas realizadas evidenciavam que o Brasil dispunha de reservas de minério de ferro de elevado valor econômico. O tamanho das reservas de minério de ferro brasileiro foi apresentado em 1910, em Estocolmo, na conferência internacional a respeito das reservas mundiais. Disso decorreu “uma corrida dos grandes grupos siderúrgicos internacionais para adquirir reservas de minério de ferro no Brasil” (SUZIGAN, 2000, p. 275).

Quando Euvaldo Lodi associou-se a empresários e entrou na indústria siderúrgica, ingressou em um setor muito competitivo. Convém esclarecer que o empresário estadunidense Percival Farquhar¹¹, proprietário da *Itabira Iron Ore Company*,¹² tinha planos de exportação para o minério de ferro obtido em suas reservas no Brasil – o que resultou em forte oposição de grupos “nacionalistas” (SUZIGAN, 2000, p. 278). Tendo como finalidade se organizar politicamente para lutar por seus interesses de classe, “os produtores mineiros do ferro-gusa criaram um organismo síndico-patronal que ficou conhecido como o ‘cartel mineiro do gusa’, formado” por uma associação de empresas do setor (TAMBASCO, Jul./Set. 2008, p. 196).

Entre as empresas que participavam do cartel mineiro, destacamos a *Companhia Ferro Brasileiro* (com usina na cidade de Caeté), *Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas* (com usina em Barão de Cocais), *Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira* (com usina na cidade de Sabará) e *Queiroz Júnior S/A* (com usina na cidade de Itabirito). Euvaldo Lodi era figura de destaque nessa agência da sociedade civil do setor siderúrgico mineiro e, por conta disso, assumiu a presidência da organização. Cumpre aludir que Lodi era o principal acionista da *Companhia Ferro Brasileiro* – da qual era também presidente (TAMBASCO, Jul./Set. 2008, p. 196).

Euvaldo Lodi era um industrial cujo investimento expandiu-se por vários setores produtivos. Nos anos 1930, Lodi despontou como uma dos mais expressivos intelectuais orgânicos da burguesia industrial. O referido industrial foi associado às seguintes agências da sociedade civil, *Associação*

¹⁰ O setor produtivo de ferro e aço foi o único da indústria siderúrgica que se desenvolveu no Brasil até 1939. O setor metalúrgico dos não-ferrosos (especialmente alumínio, cobre, estanho e zinco) não teve desenvolvimento significativo antes da década de 1960 (cf. SUZIGAN, 2000, p. 271 / nota 27).

¹¹ Percival Farquhar, nascido em York, no estado de Pennsylvania, em 1864. Proveniente de uma família quaker. Filho de Arthur Farquhar, um industrial bem sucedido. P. Farquhar formou-se engenheiro pela Universidade de Yale. Depois de formado, investiu em negócios na América Latina, na área de prestação serviços públicos – bondes elétricos, ferrovias e companhias de eletricidade. Suas atividades empresariais no Brasil começaram em 1904. Associado ao capital alemão e canadense, investiu no setor de serviços públicos de eletricidade, bondes, construção e exploração de ferrovias, portos e mineração. Para maiores detalhes, vide os trabalhos de Márcia Janete Espig e Paul Singer – arrolados na bibliografia.

¹² A empresa assim como suas reservas ficava no estado de Minas Gerais.

Comercial de Minas, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Clube de Engenharia do Brasil, Confederação Industrial do Brasil – da qual foi Vice-Presidente em 1934, *Sociedade Mineira de Engenheiros, Sindicato dos Industriais do Ferro de Minas Gerais, Federação Industrial do Rio de Janeiro, Centro Industrial do Rio de Janeiro* – do qual foi Presidente de 1942 a 1945 e a *Confederação Nacional da Indústria*. Durante o biênio de 1938-1940, Euvaldo Lodi acumulou os cargos de presidente da *Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal*, da *Federação Industrial do Rio de Janeiro*, e da *Confederação Industrial do Brasil (CIB)*.

A atuação de Lodi na *Federação Industrial do Rio de Janeiro* oferece relevante exemplo da trajetória social dele como intelectual orgânico e como isso pautou a ação política no *modus operandi* da fração industrial por ele representada. A organização/ação política de classe teve a sociedade civil como seu *locus privilegiatum*. Analisando as atas de reunião da FIRJ fica evidente que esta agência da sociedade civil funcionava como um verdadeiro partido onde os intelectuais davam forma orgânica à vontade coletiva da classe industrial e suas frações assim como dirimiam conflitos entre setores do capital. A FIRJ também se ocupava de viabilizar a intervenção do capital industrial nas agências da sociedade política, do modo a persuadir as classes dirigentes a atender, ao menos em parte, a demanda da burguesia industrial.

No início dos anos 1930, o Governo Provisório iniciou as medidas “para reformar a tarifa de 1900.” Como o Congresso estava “fechado, o debate sobre as tarifas ficou circunscrito à Comissão de Tarifa e às associações de classe¹³” Ao se posicionar nos debates políticos sobre a reforma tarifária, Euvaldo Lodi, “defendeu em 1932 a manutenção da cobrança em ouro da tarifa.” Sugeriu que as taxas passassem por “uma revisão anual, para adequá-las aos preços de origem dos produtos importados.” Para Lodi, o Conselho Nacional de Tarifas devia ficar responsável por efetuar tal revisão (LEOPOLDI, 2000, pp. 114-115). Os industriais tiveram destacada participação na revisão tarifária encampada pelo governo federal. Novamente as palavras de Maria Antonieta Leopoldi são bastante elucidativas

Em 1932, o governo Vargas constituiu nova Comissão Revisora da Tarifa, na qual tiveram assento os representantes das associações regionais da indústria. Vicente Galliez representou a Confederação Industrial do Brasil, a [Federação das Indústrias do Rio de Janeiro] e o [Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão]; a [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP] e o Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis de São Paulo enviaram Otávio Pupo Nogueira; Euvaldo Lodi representou a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e Walter James Gosling o [Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul] (LEOPOLDI, 2000, p. 115).

As associações industriais não eram apenas as agências onde se preparava um sistema de ação política das classes industriais, mas, também, o lugar de formação e preparação de intelectuais provenientes dos setores do capital industrial do qual eram representantes. Nesse caso, a sociedade civil cumpria um papel educativo, ou, em outras palavras, formava intelectuais habilitados a

¹³ A Comissão era composta por 15 pessoas. Três representantes da FIESP, a agricultura não possuía representantes e o “comércio importador tinha menos porta-vozes que a indústria” (LEOPOLDI, 2000, p. 114 / nota 47).

formular as diretrizes político-pedagógicas que mobilizariam a classe. Formavam e organizavam, nos aparelhos privados de hegemonia, as lideranças para consubstanciar o projeto hegemônico nas agências da sociedade política – na qual ganharia fundamento legal.

O relatório da diretoria da Confederação Industrial do Brasil, relativo ao ano de 1933, indica a preparação desses intelectuais para agir na Assembleia Nacional Constituinte. Por Decreto nº 22.621, de 05 de abril de 1933, o Governo Provisório “dispôs sobre a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e prefixou o número de deputados de que a mesma se devia compor” (*apud* CARONE, 1977, p. 562).

O governo federal estabeleceu que dos 254 deputados, 40 seriam eleitos pelas associações civis de funcionários públicos e de profissionais liberais – existentes nos termos da lei civil – e, ainda, pelos sindicatos legalmente reconhecidos. Como nessa época, muitos industriais não estavam vinculados aos sindicatos, tal medida do governo Vargas incentivou um maior interesse dos industriais por se vincular a sindicatos. Cabe aqui uma questão relevante. Por que motivo o governo concedeu as associações de servidores públicos e profissionais liberais prerrogativas políticas que negava as associações burguesas?

Depreende-se que foi o modo de encontrado para forçar o vínculo a sindicatos reconhecidos pelo Estado-governo e, portanto, subordinados a sua tutela. Sentindo-se discriminadas a *Confederação Industrial do Brasil* e a *Federação das Associações Comerciais do Brasil* enviaram um telegrama ao Chefe do Governo Provisório. A correspondência, provavelmente datada de março de 1931, foi assinada por Francisco de Oliveira Passos – presidente da primeira e Serafim Vallandro – presidente da segunda. O apelo das referidas associações civis não foi atendido por Getúlio Vargas, fato que levou o dr. Vicente de Paulo Galliez a ter uma entrevista com o dr. Salgado Filho, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (*apud* CARONE, 1977, pp. 563-564). Na negociação ficou acertado que o governo

permitiria a sindicalização de pessoas jurídicas (empresas, firmas, sociedades anônimas) juntamente com pessoas naturais (indivíduos) e que, em caso de absoluta necessidade a circunscrição dos sindicatos profissionais de empregadores poderia ser estendida a todo o Estado, em vez de ficar limitada ao município como até então estava sendo exigido (*apud* CARONE, 1977, p. 564).

A exigência da sindicalização mantida pelo governo Vargas não deu aos industriais outra alternativa para eleger seus deputados. Para isso, os aparelhos privados do capital industrial incentivaram a sindicalização de seus quadros. Dessa forma, em sessão de 19 de abril de 1933, o Conselho Deliberativo da CIB designou os empresários responsáveis por organizar a sindicalização de seus filiados – cada qual se encarregaria de uma ou mais agências de sociedade civil. Euvaldo Lodi, da *Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais*; Francisco de Oliveira Passos, da FIRJ; Antônio Jacob Renner, do *Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul*; Horácio Lafer, da FIESP (*apud* CARONE, 1977, p. 564).

Euvaldo Lodi foi um dos industriais eleitos no pleito realizado na Câmara dos Deputados em 25 de julho de 1933. No dia seguinte, a Diretoria e Conselho Deliberativo da CIB realizaram uma homenagem aos candidatos eleitos. Tratava-se de iniciar os preparativos com a finalidade de organizar, educar, formar, e nomear prepostos das agências da sociedade civil dos industriais com o propósito de atuar como legisladores na Assembleia Nacional Constituinte. As evidências disponíveis no relatório da *Confederação Industrial do Brasil* deixam claro que as classes industriais preparavam a estratégia da guerra de posição nas agências do Estado Integral. Disso dependia a elevação de seu raio de ação nas instituições da sociedade política. Esclarecedoras são as palavras proferidas por Euvaldo Lodi durante o referido evento de 26 de julho de 1933.

Os industriais do Brasil devem se congregarem em torno das associações, na defesa dos seus interesses, afim de que, unidos e coesos, em um só bloco, possam apresentar suas reivindicações e colaborar eficientemente com os poderes públicos no estudo e solução dos elevados problemas nacionais. Referiu-se a questão da representação das classes e afirmou ser um dos mais decididos defensores dessa íntima cooperação das classes produtoras na administração, que só terá benefícios com essa adiantada e inteligente modalidade construtiva dos poderes públicos (*apud* CARONE, 1977, p. 567).

O projeto político dos industriais perpassava pela organização coletiva da classe e suas frações tendo em vista participar mais ativamente na administração pública. Os aparelhos privados da classe industrial eram os partidos, nos quais a classe, por meio dos seus intelectuais orgânicos, disciplinava a ação coletiva e, portanto, preparava os fundamentos das reivindicações dos setores do capital industrial e comercial. Lodi ascendeu na condição de líder e representante de frações industriais no Legislativo.

A ata da *Federação Industrial do Rio de Janeiro*, referente a 20 de novembro de 1934 registra os nomes de industriais eleitos para exercer função diretiva na associação civil. A classe industrial da metalurgia escolheu como seus representantes os Srs. José Augusto Prestes e Euvaldo Lodi. Sendo que a 28 de setembro de 1934, Lodi foi um dos escolhidos para compor o conselho diretor da FIRJ. Além dele, cumpre ressaltar que também foram escolhidos os Srs. Antônio Bezerra Cavalcanti e Wolff K. Klabin – setor fabril do papel; Vicente de Paula Galliez – setor têxtil, comercial, seguros e mineração e Mário de Andrade Ramos¹⁴ – *Energia Elétrica Rio-Grandense, Força e Luz de Ribeirão Preto e Jaú, Cia Brasileira de Telegrafia sem Fio*, por exemplo.

O grupo econômico do qual Euvaldo Lodi era líder enfrentava concorrência de capitais estrangeiros interessados no setor siderúrgico. Lodi enfrentava, outrossim, a rivalidade de industriais brasileiros que se aliavam a grupos estrangeiros. Em 1936, Euvaldo Lodi reclamou com um dirigente importante “do grupo industrial francês Pont-à-Mousson (PaM), ‘que vendia a baixos preços o ferro-gusa de seus altos-fornos ao sr. Baldomero Barbará, que fazia enormes lucros sobre os tubos com ele produzidos’” (TAMBASCO *In* TAMBASCO, 2008, p. 196).

¹⁴ Membro do conselho diretor do *Clube de Engenharia* e da *Associação Comercial do Rio de Janeiro*.

Diante da necessidade de resistir a investidas de grupos rivais, industriais do setor siderúrgico brasileiro, tendo Euvaldo Lodi como liderança, organizaram-se em uma sociedade empresarial específica para atender às demandas dos setores produtivos siderúrgicos por eles representado. Assim, surgiu a *Sociedade Siderúrgica Ltda*, formada pelas seguintes pessoas jurídicas: *Companhia Ferro Brasileiro S/A*, *Usina Queiroz Júnior Ltda*, *Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S/A* e *Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas S/A*. Tratava-se do cartel siderúrgico, do qual Euvaldo Lodi fazia parte (TAMBASCO, 2008, p. 197).

A tal medida somava-se a guerra de posição na sociedade política de modo a aproximar-se dos centros decisórios. Para isso, era importante a construção de um consenso nacional com as lideranças industriais atuantes no bloco no poder. A crescente participação nos órgãos técnicos e consultivos fez parte do projeto dos grupos industriais na luta pela hegemonia. Conselheiros-empresários como Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen e Valentim Bouças foram figuras de proa nesse processo. À medida que o Estado de classe é o “representante da sociedade capitalista”, ocupar espaços maiores no seu complexo superestrutural era condição primordial tanto para Euvaldo Lodi quanto para Valentim Bouças (LUXEMBURGO, 2010, p. 46).

O mesmo Estado Autoritário que criou todo um aparato de controle sócio-político já a partir de 1935, preparando as bases do Estado Novo, foi um dos grandes mentores do processo autoritário de industrialização na economia brasileira, implementado às custas de uma rigorosa intervenção na classe operária e em suas organizações sindicais. Embora o Estado-governo tenha exercido uma participação importante, a burguesia industrial não foi uma classe passiva nesse processo de industrialização, ao buscar sua participação nos conselhos e comissões criados pelo Estado esta classe teve importante atuação na industrialização e na composição política das instituições desse período, representadas, sobretudo, pelos órgãos consultivos. Ao aderir a essas instituições, o empresariado industrial buscou obter sua participação política nesse Estado, que se preocupava tanto em promover uma integração do mercado interno quanto em garantir *a proteção à produção nacional*. Embora tais órgãos não tivessem propriamente uma “função deliberativa ou executiva, eles funcionavam como formuladores de pareceres, tornando-se instâncias de informação e formação de opiniões, sendo canais de expressão das demandas” das classes atuantes no projeto de modernização (MENDONÇA, 1985, pp. 19-20).

Portanto, não se deve interpretar a ditadura do Estado Novo como uma restrição à atividade política do empresariado, fazendo uma leitura vertical do poder estatal que desconsidere que o Estado é uma relação social. Leitura essa que não cabe ao estudo da história e que tampouco é apropriada para estudar as relações sociais que emergiram da complexa correlação de forças entre as múltiplas classes que se relacionavam no sentido de estabilizar os conflitos através de uma aliança política. As relações políticas passaram a se dar, cada vez mais, no interior desse Estado Autoritário, que buscou representar os anseios das muitas classes que formavam a ossatura orgânica do bloco no poder através da intermediação das relações de classe nas malhas de um regime autoritário que representaria a nação brasileira, símbolo máximo dos interesses coletivos (MARGALHO, 2008, p. 76).

A leitura do boletim do Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), subordinado ao Ministério da Fazenda, fornece dados significativos para mapearmos as relações sociais da burguesia industrial. Euvaldo Lodi participava do CFCE, local onde representava os interesses dos grupos econômicos dos quais era porta voz. O capital industrial compunha um novo sistema de forças capaz de concretizar junto ao governo federal seu projeto econômico-social, não mais subordinado à primazia absoluta do projeto agromercantil exportador. A participação nos órgãos consultivos e técnicos foi a estratégia usada pelos intelectuais orgânicos para formularem uma nova correlação de forças dentro das agências do estado restrito. Em reunião do Conselho Federal do Comércio Exterior, realizada em 14 de abril de 1941, da qual Euvaldo Lodi participou, consta a seguinte diretriz política:

O Brasil pode e deve continuar a ser o grande celeiro, de onde aliás os combatentes de hoje esperam, amanhã, uma boa parte do alimento para sua fome; mas já não pode contentar-se com ser o país essencialmente agrícola dos nossos recentes antepassados. Nem as duas atividades, a agrícola e a industrial, se chocam, mas, pelo contrário, podem completar-se. (Ata da Sessão de Instalação do Conselho Federal do Comércio Exterior, reunião realizada dia 14 de abril de 1941. p. 05. Acervo Arquivo Nacional/Brasil).

O documento acima mostra que não havia no Brasil um profundo antagonismo entre as burguesias agrárias e industriais, tal como aconteceu na Europa. Não obstante, se as lideranças industriais buscavam ressaltar a complementaridade dos interesses econômicos entre empresários agrários e fabris, a mesma complementaridade não se dava no que se relacionava a afirmação de projetos hegemônicos nas estruturas do Estado capitalista no Brasil pós-1930. A luta pela hegemonia implicaria o gradativo enfraquecimento da influência das classes burguesas agrárias dos centros decisórios que formavam o Estado-governo.

Em última análise, as disputas pela legitimação do projeto hegemônico formulado por forças produtivas do capital industrial passavam, inevitavelmente, pela ocupação de postos nos órgãos da sociedade política. Se o curso de ação era planejado na sociedade civil, era no Estado-governo que as lideranças orgânicas da indústria lutavam pela materialização de seus interesses sob a chancela do Estado Autoritário. Nesse caso, tanto Lodi quanto Bouças eram homens de ação que mobilizavam a vontade coletiva dos grupos econômicos por eles representados com a finalidade de atender as demandas de sua classe. Para tanto, uma vez que a hegemonia é construída na sociedade civil, sua difusão somente pode ser feita na sociedade política.

O Estado Novo, com seu caráter Cesarista Progressista, teve condições de assegurar aos empresários industriais as proteções tarifárias contra as grandes corporações industriais estrangeiras. Segundo Rosa Luxemburgo, as tarifas são o “instrumento de luta de um grupo de capitalistas nacionais contra outro grupo,” mais forte (LUXEMBURGO, 2010, p. 53). O advento da II Guerra Mundial (1939-1945) incentivou a formação de uma economia de guerra no Brasil e, por conseguinte, uma maior proteção aos interesses de grupos industriais ligados a Euvaldo Lodi. O Estado Novo foi a solução cesarista encontrada para a crise de hegemonia dos anos 1930, sendo que

Getúlio Vargas contou com o apoio dos dois empresários supracitados – que se beneficiaram com essa relação. Vargas era visto como o símbolo de uma nova era econômica, em que começaria efetivamente e era industrial. Conforme escreveu Valentim Bouças,

A profunda intimidade que os acontecimentos guardam entre si e com certos homens predestinados, enche as páginas da nossa história. É assim que podemos ver na abertura dos portos a Independência política, na Abolição a República, na Revolução de [1930] o Estado Nacional e no Estado Nacional a Independência Econômica, da mesma forma que Cairú se associa ao fim do período colonial, Mauá ao fim do período feudal e Getúlio Vargas ao início do período industrial propriamente dito. (BOUÇAS, *apud Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças – Ministério da Fazenda*. Ano II. RJ: Outubro de 1942. Ns. 22 / 23. p. 27. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil).

Bibliografia

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera de República: de 1930 a 1960.** , SP: Editora Alfa-Omega, 1985 – 5ª Edição.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 7ª ed. – RJ, Bertrand Brasil, 2004.

CARONE, Edgard. **O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945).** RJ – SP: Difel, 1977.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. RJ: FGV-CPDOC. s.d. – Versão Multimídia.

ESPIG, Márcia Janete. **O “polvo” e seus “tentáculos”: A organização da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e sua aquisição pela Brazil Railway Company.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300293573_ARQUIVO_textoMarciaEspiganpuh2011.pdf > Acessado em 03 / Setembro / 2013.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa na Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** – 5ª Ed.; SP: Globo, 2006.

FIORI, José Luís. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo.** RJ: Record, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Os intelectuais; o princípio educativo; Jornalismo.** Vol. 2. – 6ª Ed. RJ: Civilização Brasileira, 2011.

LENIN. V. I. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo.** Edições Avante! 1975.

LEOPOPLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado.** SP: Paz e Terra, 2000.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** 2ª ed., reimpr. – SP: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** Boitempo, 2011.

_____. **O 18 Brumário.** 6ª Ed. RJ: Paz e Terra, 1997.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. **KLABIN: os empresários, a empresa, e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951).** Niterói, 2008. 195 f. Tese (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Dissertação apresentada ao Departamento de Pós-graduação em História da Universidade Federal

Fluminense e à Banca Julgadora como exigência parcial para obtenção do grau de mestre em História Social, sob orientação do Prof. Dr. Cezar Honorato.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de Desenvolvimento**. RJ: Graal, 1985.

MOURÃO, Eliana. **Euvaldo Lodi – Fragmentos de Memória**. Belo Horizonte, Senai – MG, 1992 (Coleção Memória SENAI, 4).

MROS, Günther Richter. **Origens do Paradigma desenvolvimentista: as contribuições de Oswaldo Aranha e dos Militares (1931-1935)**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Relações Internacionais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília, Março de 2011. Disponível em < http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9035/1/2011_G%C3%BCntherRichterMros.pdf > Acessado em 31 / Janeiro / 2013.

NASSIF, Luís. O Café Society. CULTURA. La Insignia. Brasil, 01 de janeiro de 2007. Disponível em < http://www.lainsignia.org/2007/enero/cul_001.htm > Acesso em: 05/03/2012.

PAIVA ABREU, Marcelo de. *Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945*. In: PAIVA ABREU, Marcelo de (org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. 18ª Tiragem, RJ: Elsevier-Campos, 1990.

_____. *O Brasil e a economia mundial (1929-1945)*. In: FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)**. – 4ª Ed., RJ: Bertrand Brasil, 2007 (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 3. Vol. 11.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4ª Ed. SP: Graal, 2000.

SINGER, Paul. *O Brasil no contexto do capitalismo Internacional 1889 – 1930*. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889 – 1930)**. – 8ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 2006. (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 3. Vol. 8.

SOUZA, Célia Aparecida de. **A Influência do IDORT na reconfiguração do Bloco do Poder durante o Estado Vargas entre 1931 e 1937**. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência para obtenção do grau de mestre em História, SP, 2006.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. SP, Brasiliense, 2000.

TAMBASCO, J. C. Vargens. *Gênese da Indústria Siderúrgica no Vale Médio do Paraíba: a fabricação de tubos centrifugados em Barra Mansa*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 169 (440): 191-211, Julho – Setembro, 2008.

Fontes Primárias analisadas

ARANHA, Oswaldo. *Ministério da Fazenda. Relatório apresentado a S. Excia. o Sr. Chefe do Governo Provisório Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Ministro dos Negócios da Fazenda Oswaldo*

Aranha. Exposição relativa ao período de 03 de novembro de 1930 à 15 de novembro de 1933. RJ, Typ. Do Jornal do Comércio, Rodrigues & C., 1933. Acervo da Biblioteca do Ministério na Fazenda, RJ/Brasil.

Ata da Assembleia Geral Ordinária da *Federação Industrial do Rio de Janeiro*, realizada em 20 de Novembro de 1934. Acervo da Biblioteca da FIRJAN, RJ/Brasil.

Banco do Brasil. Relatório de 1929. Apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas na Sessão Ordinária de 28 de Abril de 1930. RJ: Casa Leuzinger, 1930. Acervo da Biblioteca do Ministério na Fazenda, RJ/Brasil.

Boletins da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Especificamente os boletins relativos ao período de 12 de janeiro de 1942 a 29 de dezembro de 1943. Acervo da Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro, RJ – Brasil.

BOUÇAS, Valentim Fernandes. **A Revolução e a situação financeira do Brasil, em face das dívidas externas da União, Estados e Municipalidades.** In: Jornal do Comércio. Rio de Janeiro – Domingo, 25 de Janeiro de 1931. Ano 104. N. 22. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

_____. **Estudos Econômicos e Financeiros: meio século de trabalho.** Vol. II. Edições Financeiras S.A., RJ: 1953.

_____. **Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Finanças do Brasil. União, Estados e Municípios. Resumo, com as estatísticas atualizadas, dos volumes I a VIII da antiga Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados, Municípios.** RJ, Typ do Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, 1938. Acervo da Biblioteca do Ministério na Fazenda, RJ/Brasil.

_____. **BRAZIL. Economic Data, 1928-1932. As Compiled for the Washington Conversations (May, 1933) and World Monetary and Economic Conference (London, June, 1933).** By Valentim F. Bouças. Member of the Brazilian Delegation and Technical Secretary to the Committee for Economic and Financial Survey of the States and Municipalities of Brazil. London, July, 1933a. Acervo da Biblioteca do Ministério na Fazenda, RJ/Brasil.

Euvaldo Lodi. In: JORNAL DA COMMÉRCIO. Rio de Janeiro. Quinta-feira, 19 de janeiro de 1956. N. 94. PRC-SPR 00001. **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.**

Morreu Tragicamente o Deputado e Industrial Euvaldo Lodi. In: O GLOBO, Ano XXXI – Rio de Janeiro, Quinta-feira, 19 de janeiro de 1956. N. 9113. PRC-SPR 00054. **Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.**

VARGAS, Getúlio. **Diário (1930-1936).** São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. Vol. I.

WHITAKER, José Maria. **A administração financeira do Governo Provisório de 04 de novembro de 1930 a 16 de novembro de 1931**. E. G. Revista dos Tribunais, SP: 1933. Acervo da Biblioteca do Ministério na Fazenda, RJ.